

ENSINO E PESQUISA EM LINGUAGENS: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

TEACHING AND RESEARCH IN LANGUAGE STUDIES: DIALOGUES AND CONTEMPORARY PERSPECTIVES

Apresentação

DOI:10.47677/gluks.v26i02.636

Glauber Heitor Sampaio (UFCIMG)
Idalena Oliveira Chaves (UFV)

Pensar as relações entre ensino, pesquisa e linguagens exige, cada vez mais, desconstruir a persistente herança do pensamento moderno ocidental que historicamente tratou os fenômenos linguísticos e os processos educativos como realidades abstratas e universais orientadas por imperativos normativizantes. Ao naturalizarem a ficção das *línguas nomeadas* em detrimento do caráter dinâmico e heteroglóssico dos repertórios sociolinguísticos dos sujeitos (Blommaert; Rampton, 2011), tais perspectivas normativas desconsideram as ecologias situadas em que a vida social se desdobra.

Em resposta crítica a tais visões, os artigos reunidos neste número da Gláuks materializam problematizações que vão ao encontro de visões contra-hegemônicas na educação linguística, congregando-se aos eixos temáticos debatidos no Simpósio de Ensino e Pesquisa em Linguagens (SEPLing), promovido pelo Departamento de Letras em articulação com o Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (DLA-UFV).

Embora focalizando objetos e contextos diversos, os trabalhos articulam-se em torno de interlocuções que reverberam formas ativas de insubordinação epistêmica, agenciamentos formativos e posicionamentos discursivos decoloniais, voltando-se à produção de conhecimento localmente relevante. Juntas, essas investigações celebram um lugar de ruptura com as imposições tradicionais do fazer pesquisa e transpõem fronteiras epistêmicas em favor de ecologias críticas de produção de saberes socialmente situados.

Em contraponto a modelos escolares homogeneizantes e desespacializados, este volume adota como chave de curadoria a matriz analítica multiescalar proposta por Brown e Donnelly (2023). Ao articular os planos *micro* (o espaço institucional imediato da sala de aula), *meso* (as pontes entre a escola, o lar e a comunidade), *exo* (as assimetrias regionais) e *macro* (as pressões hegemônicas e lógicas neoliberais globais), a coletânea sustenta que o aprendizado e a pesquisa em linguagens ganham inteligibilidade quando compreendidos a partir de seus arranjos materiais situados.

Essa perspectiva multiescalar converge com a sociolinguística de Blommaert (2015, 2021), em especial com sua crítica à oposição dicotômica entre as escalas *micro* e *macrocontextuais*, demonstrando que qualquer evento comunicativo local opera como uma *simultaneidade estratificada* (Blommaert, 2021, p. 377), na qual recursos de diferentes ordens e temporalidades são sincronizados no espaço-tempo das relações. Desse modo, os sujeitos não são submetidos a uma norma única, mas navegam em regimes *policêntricos* nos quais estruturas regulatórias estatais, regimentos institucionais, valores comunitários e códigos socioculturais coexistem e, por vezes, competem e reconfiguram as ordens e a legitimidade dos discursos.

A crítica à concepção de línguas como sistemas abstratos, puros e discretos a serviço do controle do Estado-nação moderno (Blommaert; Rampton, 2011) também orienta o diálogo com a perspectiva praxiológica e pós-humanista de Pennycook (2010, 2024, 2025). Sob a ótica dos *agenciamentos sociomateriais* e dos repertórios espaciais, a linguagem é compreendida como prática local sedimentada pela coexistência de corpos, lugares e artefatos. Fazer-se ouvir e ser reconhecido como interlocutor legítimo não depende apenas da emissão verbal individual, mas envolve também a disputa pelas condições materiais e pela autoridade simbólica que tornam possível participar da produção de sentidos e ser escutado com legitimidade (Pennycook, 2025).

Essas questões ganham relevo quando se examinam políticas linguísticas e prescrições institucionais que deslegitimam repertórios situados e sustentam hierarquias linguísticas e epistêmicas. A defesa de uma mentalidade multilíngue¹ e situada no fazer pesquisa

¹ Conforme explicitam os autores, a expressão *eco* a que de Sousa Santos chama de uma 'imaginação decolonial' (Santos, 2018, p. 126), uma imaginação sociológica insurgente que vai além do pensamento abissal, isto é, um modo de pensar que exclui radicalmente formas não modernas de conhecimento (Santos, 2014, cap. 4). (Castañeda-Peña, Gamboa e Kramsch, 2024, p. 20, tradução nossa).

(Castañeda-Peña; Gamboa; Kramsch, 2024) permite interrogar os critérios pelos quais determinados repertórios e formas de conhecimento são reconhecidos como legítimos. Essa discussão converge com a crítica de Santos (2007) às *linhas abissais* da modernidade ocidental, entendidas como divisões que tornam certos saberes invisíveis ou inexistentes, enquanto consagram *padrões metropolitanos* como universais.

A *matriz multiescalar*, a atenção à *agência sociomaterial* dos artefatos e a crítica à monocultura do saber² oferecem, assim, eixos de leitura para os trabalhos deste número. Embora não se reduzam a uma única orientação teórica ou metodologia, as pesquisas aproximam-se ao interrogarem como as práticas locais de linguagem e educação se entrelaçam a dinâmicas mais amplas que definem quais saberes adquirem legitimidade, como circulam e em que condições são produzidos. Essa convergência não elimina as especificidades dos objetos investigados: permite observar como escalas, materialidades e regimes de conhecimento participam, de maneiras distintas, da configuração dessas práticas. A partir dessas lentes, os artigos encontram-se organizados em três blocos temáticos, os quais são apresentados nas seções a seguir.

Práticas Pedagógicas Situadas, Letramentos e Formação Docente

O primeiro bloco reúne trabalhos voltados às práticas de linguagem na escola e à formação docente. Em diálogo com a matriz de Brown e Donnelly (2023), os estudos permitem observar como as interações locais se relacionam com culturas institucionais, concepções de língua e condições mais amplas de participação. A escola aparece, assim, como um lugar em que se produzem sentidos e se disputam formas de legitimidade, e não apenas como espaço de aplicação de regras e metodologias prescritivas.

Abrindo essa frente analítica, Marciana Ap. Hilário Pena Gonçalves problematiza a linguagem como prática social implicada na formação de identidades. Sua análise mostra como escolhas discursivas institucionais participam da validação ou da exclusão de subjetividades discentes. Ao discutir o prestígio atribuído à norma-padrão e a desqualificação

² Embora partam de filiações distintas (a geografia e a sociologia da educação em Brown e Donnelly, 2023; a sociolinguística crítica em Pennycook, Blommaert e Rampton; e o pensamento crítico e decolonial em Castañeda-Peña, Gamboa e Kramsch, 2024; Santos, 2007), esses referenciais articulam-se aqui como chave interpretativa, cruzando a espacialidade das desigualdades institucionais com a crítica às hierarquias de poder, linguagem e conhecimento no espaço educativo.

dos repertórios vernaculares dos estudantes, Gonçalves chama atenção para a dimensão institucional do preconceito linguístico e para a necessidade de que o reconhecimento da diversidade se traduza em condições concretas de inclusão e permanência escolar.

As contribuições do estudo de Gonçalves também podem ser lidas em diferentes escalas. A ideologia do padrão linguístico opera como recurso de distinção social, as diretrizes e culturas escolares podem conferir legitimidade institucional a essa hierarquia, e as interações discursivas e microcontextuais em sala criam espaços nos quais ela se atualiza ou pode ser contestada. Uma correção que desqualifica a fala de um estudante, por exemplo, não é apenas um ato localizado. Ao invalidar um modo de expressão associado a origens marginalizadas, ela reproduz e reforça as estruturas de desigualdade e preconceito vigentes na sociedade. Em contrapartida, práticas pedagógicas dialógicas e interculturais podem criar outras condições de participação e reconhecimento.

No artigo "Fofoca do dia", de Livia de Sousa Lima Ramos e Cristiane Veloso, as autoras apresentam uma experiência de letramento crítico desenvolvida ao longo de três meses em um projeto de reforço escolar no Sesc Minas, destinada a estudantes do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Por meio de discussões, leituras compartilhadas e produções escritas organizadas em torno de gêneros jornalísticos, a proposta articulou a análise crítica de notícias e reportagens da grande mídia a propostas autorais voltadas a fatos recentes do cotidiano escolar, culminando na criação do *Portal do Reforço Escolar*, veiculado via *WhatsApp* entre alunos e funcionários.

A prática problematiza diretamente a concepção de reforço voltada exclusivamente à correção de déficits, evidenciando um forte movimento de inclusão e o potencial da mediação docente na subversão de estigmas e na formação de leitores posicionados. Consoante com a proposta multiescalar, essa inclusão materializa-se de forma microescalar, rompendo-se com a lógica do déficit ao colocar os estudantes no centro da agência discursiva. No nível mesoescalar, a criação do portal e a circulação do compilado de produções ampliam os espaços institucionais de diálogo, enquanto, na macroescala, essa dinâmica intercepta de forma crítica os discursos ideológicos e as estruturas de sentido utilizados pela grande mídia. Nessa direção, as produções frutos desse processo pedagógico operam como *language*

*assemblages*³, em que repertórios semióticos, suportes digitais e espaços institucionais fundem-se em práticas que reescrevem ativamente os fluxos comunicativos e inclusivos do cotidiano escolar.

No âmbito da formação docente, Louise Hélène Pavan analisa como estudantes e egressos significam suas experiências na Segunda Habilitação em Português como Segunda Língua e Língua Estrangeira (PL2/LE) da Unicamp. A pesquisa aborda uma proposta formativa orientada pelo paradigma da educação linguística ampliada e suas possibilidades de questionar concepções prescritivas e tecnicistas de ensino convencionalizadas pela tradição escolar. Ao tratar de ações voltadas a estudantes refugiados e migrantes, o estudo destaca a importância de uma formação que considere as condições concretas de acolhimento, a escuta das diferenças e os usos sociais das línguas adicionais. Essa contribuição desloca a formação docente de uma preparação estritamente técnica para uma prática que exige reflexão sobre os contextos e os sujeitos envolvidos.

As práticas situadas de linguagem articulam-se intimamente aos suportes e instrumentos que organizam o trabalho pedagógico. Na sessão seguinte, os estudos se voltam a temáticas em que modelos computacionais de linguagem, suportes multimodais e materiais didáticos participam ativamente da mediação do conhecimento e da reconfiguração das dinâmicas formativas.

Agenciamentos Computacionais, Mediações Semióticas e Ideologias em Manuais Didáticos

Considerando que a linguagem não constitui uma faculdade puramente mental e abstrata, mas um emaranhado indissociável de dimensões verbais e materiais, sintetizado na ideia de *language as material entanglement* (Pennycook, 2024, p. 104), este segundo bloco volta-se para a análise de artefatos, suportes gráficos e ferramentas materiais que estruturam

³ O conceito de *language assemblages* (Pennycook, 2018, 2024), frequentemente vertido para o português como “agrupamentos”, “aglomerados” ou “emaranhados linguísticos”, é aqui adotado como *agenciamentos linguísticos*. A escolha busca enfatizar o caráter relacional e produtivo dessas articulações, evitando reduzir o conceito à mera reunião de elementos distintos. Em diálogo com Appadurai (2015, p. 233), Pennycook (2018, p. 10) compreende os repertórios como propriedades emergentes das interações entre pessoas, artefatos e espaço, nas quais materialidade e mediação se constituem mutuamente. A opção por “agenciamentos” procura, assim, destacar como essas relações participam da constituição das práticas de linguagem e da produção de sentidos.

as práticas socioeducacionais. Essa abordagem materialista recusa a cisão estrita entre humano e não-humano, alinhando-se a "orientações pós-humanistas e neomaterialistas mais amplas" que buscam redimensionar "as inter-relações entre pessoas e coisas, humanos e o ambiente" e nos oferecem "modos alternativos de pensar sobre o que é ser humano" (Pennycook, 2024, p. 83)⁴.

É nessa chave de superação de códigos fechados que se desenham os aqui nomeados "agenciamentos computacionais", entendidos como arranjos sociomateriais e semióticos em que a inteligência artificial e os algoritmos participam ativamente da ecologia da escrita, moldando a forma textual e intervindo na materialidade do discurso. Diante da "indeterminação ontológica entre o humano e a máquina" (Pennycook, 2024, p. 86), recusa-se a visão instrumental da tecnologia como recurso neutro de transmissão. Assume-se, assim, que a computação opera como uma agência distribuída, na qual sistemas digitais e humanos produzem conjuntamente sentidos e negociam a autoridade textual (Pennycook, 2024).

O artigo de Isabella Tavares Sozza Moraes e Maria Cecília Casini investiga criticamente os padrões lexicais e discursivos em textos gerados por grandes modelos de linguagem (LLMs), propondo o conceito operacional de *léxico algorítmico* como tendências situadas e não como uma assinatura universal de autoria. A pesquisa estrutura-se em eixos que abordam a variação na recorrência e diversidade lexical conforme os comandos e versões do modelo, a simulação de autoridade capaz de encobrir erros factuais e a fabricação de referências, além da reprodução de vieses sociais herdados dos dados de treino.

As constatações das autoras podem ser relacionadas à matriz multiescalar (Brown; Donnelly, 2023) e à discussão dos agenciamentos sociomateriais (Pennycook, 2024). A produção textual automatizada não ocorre em um vácuo neutro: *corpora*, escolhas de desenvolvimento e interfaces de alinhamento condicionam as respostas e podem reproduzir assimetrias históricas. Na interação cotidiana, formular *prompts*, avaliar respostas e verificar informações são operações distintas, distribuídas entre usuários e sistemas. Essa distribuição oferece elementos para discutir a autoria como prática mediada, desde que se explicita como

⁴ Do original: These moves to consider the interrelationships between people and things, humans and the environment, can be seen as part of broader posthumanist and new materialist orientations. Posthumanist thought offers us alternative ways of thinking about what it is to be human, presenting new political and intellectual possibilities for considering how we can get beyond the anthropocentric assumptions that so constrain our understanding of ourselves and our place in the world

cada operação participa da produção do texto. Também torna relevante documentar os procedimentos de uso e verificação, sobretudo em pesquisas que dependem da confiabilidade das informações e da transparência metodológica.

A materialidade dos suportes multimodais e o seu papel na reconfiguração do trabalho pedagógico ganham relevo no artigo de Lílían Ramires Costa e Mônica Baêta Neves Pereira Diniz, dedicado ao Programa de Estudantes-Convênio de Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE). Ao mobilizarem as tirinhas de Mafalda em uma unidade didática voltada para o exame Celpe-Bras, as autoras convertem a HQ em um artefato semiótico estruturante, articulando práticas orais e escritas, vivências extraclasse e a valorização das línguas de origem dos estudantes.

Essa circulação de materiais didáticos tensiona a persistência de ideologias coloniais e a concepção de línguas delimitadas e internamente homogêneas (Blommaert e Rampton, 2011). Ao cruzar diferentes ordens de escala, tal dinâmica torna evidente como as prescrições de caráter hegemônico e mercantilizado são disputadas nos suportes de ensino e ressignificadas no plano das práticas cotidianas dos falantes, desafiando as fronteiras normativas e a suposta pureza dos sistemas linguísticos.

No contraste direto entre livros didáticos adotados na África e na Ásia, revelam-se diferentes manifestações dessa rigidez hegemônica e dos desafios postos à mediação pedagógica. Essa crítica ganha contornos empíricos precisos na investigação de Pedro Kiuma da Silva sobre o ensino da língua portuguesa em Angola, a partir da análise documental de manuais da 5.^a e 6.^a classes do ensino primário adotados em âmbito nacional. Ao examinar o tratamento conferido à variedade do Português Angolano (PA) no nível lexical, a pesquisa revela que, conquanto os vocábulos autóctones e bantuísmos integrem os textos literários e as vivências reais dos alunos, a sua abordagem didática permanece periférica e superficial, carecendo de explicitação pedagógica, glossários consolidados ou atividades reflexivas no estudo da língua. Silva demonstra que os livros didáticos operam como dispositivos materiais que silenciam as práticas locais em favor da variedade europeia, reiterando a presunção de prestígio do padrão exógeno e perpetuando uma ideologia linguística de matriz colonial no sistema de ensino.

No contexto asiático, Luciana Varela Guerino e Alexandre Ferreira Martins examinam atividades de vocabulário em quatro manuais de Português como Língua Adicional (PLA),

produzidos na Coreia do Sul para estudantes de nível elementar. Ancorados na perspectiva discursivo-dialógica do Círculo de Bakhtin, os autores identificam a predominância de abordagens estruturalistas e prescritivas nos materiais analisados. Nesses compêndios, o vocabulário aparece pouco articulado a práticas situadas e a gêneros do discurso. Embora reconheçam que a distância tipológica entre coreano e português possa motivar abordagens graduais e controladas, Guerino e Martins destacam o potencial de atividades que integrem gêneros do discurso e tarefas comunicativas para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de participação autoral dos estudantes.

A leitura conjunta dos estudos permite relacionar as escolhas presentes nos manuais a forças reguladoras mais amplas, sem equiparar os contextos investigados. Em Angola, a análise se volta à posição conferida às variedades locais em materiais de uso nacional; na Coreia do Sul, ao desenho de atividades de vocabulário em manuais de português para estudantes iniciantes. A matriz multiescalar ajuda a aproximar essas questões ao relacionar políticas linguísticas, produção editorial e práticas de sala de aula, mas a herança colonial e as políticas de fomento a línguas estratégicas operam em configurações distintas em cada contexto.

A análise das mediações tecnológicas e dos materiais didáticos revela que os instrumentos de ensino não são neutros, constituindo espaços fundamentais de disputa e de resistência às matrizes hegemônicas e eurocêtricas. Essa constatação conduz à terceira frente do dossiê, dedicada a destacar práticas de resistência epistêmica e de promoção da justiça social. Nessa contextura, são reunidas pesquisas que enfrentam o silenciamento histórico das comunidades surdas, reconhecendo o caráter linguístico e cultural de suas identidades, além de propostas educacionais voltadas à ecocidadania. Essas iniciativas demonstram que descolonizar as linguagens é uma prática situada, inscrita nos corpos, nas línguas visuoespaciais e nos territórios compartilhados de existência.

Epistemologias Insubmissas⁵: Estudos Surdos e Educação Ecocidadã

⁵ O termo remete à linhagem conceitual das Epistemologias do Sul e da crítica ao pensamento abissal, formulada por Boaventura de Sousa Santos (2007) e ampliada em Santos e Meneses (2010).

A recusa aos modelos epistemológicos impostos pelos centros do Norte global conduz diretamente à necessidade de romper com as linhas abissais que estruturam o projeto moderno ocidental (Santos, 2007). Conforme adverte o autor, a modernidade opera por meio de divisões cartográficas e ontológicas profundas, separando o que está deste lado da linha e do outro lado da linha. Nessa cartografia assimétrica, saberes e existências situados no Sul global são frequentemente tornados invisíveis ou descartáveis, enquanto normas e epistemologias dominantes se apresentam como universais.

Assumir a insubmissão epistêmica constitui, portanto, um esforço teórico e político deliberado para enfrentar o epistemicídio, convergindo com as propostas de decolonização da pesquisa em linguagens (Castañeda-Peña; Gamboa; Kramsch, 2024). Sob essa ótica, este terceiro bloco congrega investigações que reposicionam línguas, corpos e cosmovisões historicamente marginalizados como forças ativas de resistência, recusando a instrumentalização neoliberal da linguagem para acolher saberes situados e defender a soberania das comunidades.

No campo da Educação de Surdos, Priscila Costa Sampaio e Bianca Sena-Gomes desconstroem a indistinção teórica e prática entre os processos de aquisição e de aprendizagem. As autoras evidenciam que tratar esses conceitos de forma indiferenciada acarreta práticas pedagógicas equivocadas, impondo à criança surda o ensino do português sob a mesma lógica oferecida aos estudantes ouvintes. Como a quase totalidade dos surdos provém de famílias ouvintes, o trabalho demonstra que a escola se constitui no espaço primário indispensável para a aquisição precoce da Libras em ecologias visuais adequadas e entre pares identitários. Apenas sobre esse alicerce linguístico e identitário consolidado pode ocorrer a aprendizagem sistemática do português como segunda língua, justificando a urgência política e estrutural de escolas e ambientes educacionais plenamente bilíngues.

A desconstrução de práticas homogeneizadoras e a afirmação das epistemologias Surdas ganham desdobramento metodológico no trabalho de Rodrigo Geraldo Mendes, dedicado à constituição de um corpus de sinais-termo matemáticos em Libras. Inscrevendo-se no campo da Linguística Aplicada indisciplinar e dos Estudos Surdos, o autor propõe uma arquitetura replicável para a documentação terminológica que recusa tanto a criação artificial e arbitrária de sinais em laboratório quanto a imposição de uma padronização monolíngue prescritiva. Mendes sustenta que a documentação linguística deve partir dos repertórios

semióticos que já circulam nas práticas sociais, escolares e comunitárias, articulando pesquisa documental multimodal, anotação em vídeo por camadas temporais, descrição fonético-fonológica detalhada e validação comunitária por professores Surdos da área. Como destaca o autor, o desenho constitui um protocolo adaptável e replicável para criar corpora terminológicos para diferentes domínios especializados, como ciências naturais, saúde, tecnologia e humanidades.

A documentação dos sinais-termo também pode ser compreendida espacialmente: os repertórios circulam em comunidades, escolas e espaços de formação cujas condições de reconhecimento não são idênticas. A matriz multiescalar ajuda a relacionar as escolhas feitas na interação e na instituição escolar a políticas linguísticas e a regimes mais amplos de legitimidade. Em diálogo com perspectivas decoloniais, essa leitura permite compreender a participação de professores surdos não como simples consulta, mas como parte da disputa sobre quem pode documentar, interpretar e legitimar conhecimentos em Libras. Trata-se de uma aproximação analítica entre os referenciais, não da atribuição de uma orientação decolonial explicitamente assumida pelo estudo.

A discussão terminológica evidencia tensões entre o léxico especializado em Libras, os exames padronizados em língua portuguesa e as políticas de reconhecimento da língua de sinais. A construção de *corpora* e glossários multimodais pode oferecer às escolas e universidades recursos para reduzir a dependência de traduções improvisadas. Ao envolver professores surdos na avaliação das variantes, a proposta também questiona quem participa da documentação e da legitimação do conhecimento terminológico. Documentar, nesse caso, não significa fixar uma única forma, mas registrar repertórios em circulação e considerar as condições em que diferentes variantes são usadas e reconhecidas.

A relação entre linguagem, território e educação ambiental aparece na pesquisa de Simone Maria Dantas-Longhi, Emily Caroline da Silva e Arianny Cristina Chaves Lacerda sobre a formação docente no âmbito do concurso pedagógico, linguístico e ambiental *FrancEcolab* Brasil. As autoras acompanham projetos transdisciplinares que articulam o ensino de francês como língua estrangeira à Educação Ambiental crítica e analisam o trabalho do professor na condução das aulas. O estudo permite discutir como questões ambientais podem integrar a formação linguística e tornar problemas locais objetos de investigação, em

contraste com abordagens que reduzem a sustentabilidade a pequenos gestos individuais e despolitizados.

A articulação entre questões sistêmicas e experiências locais aparece em atividades sobre espécies ameaçadas, ecossistemas próximos e hábitos de consumo. Os estudantes produzem narrativas ilustradas, *slams* e programas de rádio em língua estrangeira, aproximando a aprendizagem linguística da investigação e da participação. Esses trabalhos constituem indícios de uma proposta pedagógica que articula linguagem e ecocidadania; o alcance dessa experiência, porém, depende também dos processos de reflexão, interlocução e posicionamento desenvolvidos ao longo do projeto.

A leitura multiescalar também permite situar as propostas de educação ecocidadã em relações que ultrapassam o espaço imediato da aula. Os problemas socioambientais trabalhados nos projetos articulam ecossistemas locais a processos econômicos, políticos e culturais de maior alcance; uma perspectiva decolonial pode aprofundar essa leitura ao perguntar quais conhecimentos sobre território e ambiente são legitimados no currículo e quais modos de vida permanecem marginalizados. Essa aproximação não implica atribuir às autoras uma filiação teórica que o estudo não declara, mas reconhecer uma possibilidade de diálogo entre a experiência pedagógica descrita e a crítica às hierarquias que organizam a produção e a circulação do conhecimento.

Ao articularem o microespaço das salas de aula às escalas transnacionais, tecnológicas e ecológicas, as pesquisas reunidas neste número da *Gláuks* permitem compreender que o enfrentamento das desigualdades contemporâneas demanda micropolíticas situadas, cuja potência não reside em ações isoladas, mas nas relações que estabelecem entre diferentes práticas, saberes e materialidades. Sem prescrever fórmulas universais ou aderir à ilusão de neutralidade tecnicista, os artigos aqui apresentados interrogam as formas de reprodução do pensamento hegemônico e evidenciam possibilidades de ruptura que se constroem na articulação entre práticas pedagógicas, artefatos materiais e *epistemologias insubmissas*. Ao situarem as linguagens no centro das disputas por emancipação e justiça social, os diálogos fomentados no *SEPLing* reafirmam o compromisso ético e político com uma Linguística Aplicada viva, atenta às tensões do presente e implicada nas lutas contra as assimetrias e os apagamentos que atravessam e constituem o tecido social do nosso tempo.

Referências

- APPADURAI, A. Mediants, materiality, normativity. *Public Culture*, v. 27, n. 2, p. 221–237, 2015.
- BLOMMAERT, Jan. Chronotopes, scales, and complexity in the study of language in society. *Annual Review of Anthropology*, v. 44, p. 105–116, 2015.
- BLOMMAERT, Jan. Sociolinguistic scales in retrospect. *Applied Linguistics Review*, v. 12, n. 3, p. 375–380, 2021.
- BLOMMAERT, Jan; RAMPTON, Ben. Language and superdiversity. *Diversities*, v. 13, n. 2, p. 1–21, 2011.
- BROWN, Ceri; DONNELLY, Michael. *Space, Identity and Education: a multi-scalar framework*. Cham: Palgrave Macmillan, 2023.
- CASTAÑEDA-PEÑA, Harold; GAMBOA, Paola; KRAMSCH, Claire (org.). *Decolonizing Applied Linguistics Research in Latin America: moving to a multilingual mindset*. New York: Routledge, 2024.
- PENNYCOOK, Alastair. *Language as a Local Practice*. London: Routledge, 2010.
- PENNYCOOK, Alastair. *Posthumanist applied linguistics*. *Applied Linguistics*, v. 39, n. 4, p. 445–461, 2018.
- PENNYCOOK, Alastair. *Language Assemblages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.
- PENNYCOOK, Alastair. On being heard: English, voice, and linguistic authority. *Indonesian Journal of Applied Linguistics*, v. 14, n. 3, p. 451–460, jan. 2025.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 79, p. 71–94, nov. 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *The end of the cognitive empire: the coming of age of epistemologies of the South*. Durham: Duke University Press, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologies of the South: justice against epistemicide*. London: Paradigm Publishers, 2014.